

FONTE : T B

DATA : 25 03 90

p. 19

124

Meio Ambiente

Usina siderúrgica do Projeto Carajás ameaça florestas

Ronaldo Brasiliense

BRASÍLIA — Privilegiadas com os incentivos fiscais concedidos pelo Programa Grande Carajás, 19 usinas siderúrgicas ameaçam destruir as florestas nativas do Sul do Pará e Sudeste do Maranhão. Quando todos os projetos estiverem em operação, a Companhia de Distritos Industriais do Pará prevê que o consumo de carvão vegetal atingirá 5.915.341 metros cúbicos por ano, destruindo anualmente uma área de 45.500 hectares de floresta. Todas as siderúrgicas consumirão juntas 1.478.585 toneladas/ano de carvão vegetal.

Das 19 siderúrgicas aprovadas pelo Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás, que não se reúne há quase dois anos, já estão em operação a Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipar) e a Siderúrgica de Marabá (Simara), as duas instaladas em Marabá, e duas outras em Açailândia, no Maranhão: a Cia. Siderúrgica Vale do Pindaré e a Viena Siderúrgica do Maranhão. Todas produzem ferro-gusa, utilizando-se do minério de ferro da Serra dos Carajás, com a produção sendo escoada pela ferrovia de Carajás até São Luis, no Maranhão.

“O que está acontecendo no Sul do Pará é um crime contra a humanidade”, protesta o presidente da Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais da Amazônia (Sopren), médico Camilo Viana. “As siderúrgicas estão incentivando a derrubada de castanheiras para a produção de carvão”, diz ele. Somente a Cosipar, do grupo Itaminas, que produzirá 160 mil toneladas/ano de ferro-gusa quando estiver operando a plena carga, vem consumindo diariamente 180 toneladas de carvão vegetal.

Apesar da exigência feita pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de que todas as empresas consumidoras de lenha apresentassem até o dia 9 de março o Plano Integrado Floresta-Indústria (Pifi), estabelecendo que essas empresas devem possuir áreas de floresta próprias para o seu abastecimento, nenhuma das 19 siderúrgicas incentivadas pelo Programa Grande Carajás já teve o Pifi aprovado. O Pifi estabelece que até 1995 todas essas empresas terão que ter 100% de áreas reflorestadas para consumo de lenha.

Incentivos — O Sul do Pará, revelam estudos do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Centro de Sensoriamento Remoto da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), tem mais de 20% de seu território devastado, principalmente por projetos agropecuários aprovados pela Sudam, com incentivos fiscais, nas décadas de 70 e 80. As siderúrgicas já implantadas em Marabá — Cosipar e Simara — estão usando como lenha nos fornos para a produção de ferro-gusa as sobras das centenas de serrarias implantadas na região ou, então, incentivando os agricultores de Marabá a destruir áreas de floresta nativa para a fabricação de carvão em fornos construídos em fundo de quintal.

O secretário do Meio Ambiente da Presidência da República, José Lutzenberger, sempre se declarou contra a criação de parques siderúrgicos na zona de influência do Programa Grande Carajás, principalmente nos municípios de Marabá e Parauapebas, no Pará, e Açailândia, Pindaré-Mirim, Santa Inês, Rosário e Santa Luzia, no Maranhão, municípios situados estrategicamente ao lado da ferrovia que liga a Serra dos Carajás ao Porto de Itaqui, em São Luis, Maranhão.

O secretário José Lutzenberger já confirmou presença no encontro que várias entidades ambientalistas promoverão dias 7 e 8 de abril, em Parauapebas, quando será discutida a questão das siderúrgicas no Sul do Pará e no Maranhão”, afirma Camilo Viana. Para ilustrar a destruição dos castanhais de Marabá para a produção de carvão vegetal, ele cita o exemplo do município de Itupiranga que, no início da década de 80, produzia anualmente 400 mil hectolitros de castanha. No ano passado a produção foi de apenas 5 mil hectolitros. “Temos que evitar esse crime contra a humanidade. Usaremos todas as armas para vencer essa guerra”, ameaça o presidente da Sopren.

Ação ambientalista determina mudanças

Duas das maiores siderúrgicas que estão se instalando em Marabá, no Sul do Pará, com receio de ações dos ambientalistas — que já ameaçaram embargar na Justiça a consolidação do parque siderúrgico de Carajás —, decidiram não mais usar carvão vegetal em seus fornos para a produção de ferro-liga e optaram pelo uso de coque mineral, mais oneroso, sem dúvida, mas que não contribuirá para a destruição da floresta nativa.

A Cojan Engenharia S/A vai produzir 14.400 toneladas de ferro-liga à base de manganês e 8.800 toneladas de ferro-silício por ano. Se não optasse pelo coque mineral, a Cojan consumiria anualmente 11.320 toneladas de carvão vegetal, consumindo árvores de uma área de 348 hectares anualmente. A Prometal — Produtos Metalúrgicos S/A já está em fase de implantação e vai produzir anualmente 70 mil toneladas de ferro-liga. O consumo anual de carvão vegetal da Prometal seria de 64.600 toneladas, com a destruição de 1.987 hectares de florestas por ano.

“O ferro-liga alcança preços até sete vezes mais elevados que o ferro-gusa, o que viabiliza a utilização de coque mineral, que custa duas vezes mais que o carvão vegetal”, explica o presidente da Companhia de Distritos Industriais do Pará, engenheiro Sérgio Leão. A Prometal e a Cojan já apresentaram ao Ibama e à Secretaria de Saúde do Pará os seus Planos Integrados Floresta-Indústria que, no entanto, ainda não foram aprovados.

As siderúrgicas vêm fazendo inventários das áreas que possuem para a execução de projetos de reflorestamento, pois até 1995 terão que utilizar exclusivamente florestas plantadas para o consumo de carvão, caso tenham optado por esta alternativa. (R.B.)